



**PARECER PARA DISCUSSÃO ÚNICA  
DO PROJETO DE LEI N.º 76/2002**

**RELATÓRIO**

O Projeto de Lei n.º 76/2002, de autoria do Prefeito Municipal, que "*Autoriza o Poder Executivo a realizar despesas com funerais, na forma que especifica*", conta com 7 (sete) artigos, incluindo o que trata da entrada em vigor do texto normativo.

O Art. 1.º trata da autorização, a ser concedida ao poder executivo, para a realização de despesas com funerais de: munícipes de baixa renda (inc. I); servidores públicos municipais que tenham falecido durante a prestação de serviços ao Município (inc. II); indigentes (III).

O § 1.º do referido artigo conceitua pessoa de baixa renda, como sendo aquela que não dispõe de qualquer meio financeiro para garantir a despesa com os serviços funerários (inc. I), bem como aquela que não dispõe de plano funerário individual ou familiar (inc. II).

O § 2.º estabelece a competência da Coordenadoria de Assistência Social para a emissão de declaração confirmando o estado de carência do beneficiário, nos termos do § 1.º.

O art. 2.º elenca as despesas com funerais: "obtenção de guia junto ao Cartório de Registro Civil e, nos casos específicos, dos documentos a serem emitidos pela Polícia Judiciária" (inc. I); "montagem do velório em local indicado pela família, com utilização dos equipamentos da funerária" (inc. II); "aquisição de caixão" (inc. III); "traslado do corpo até o cemitério local" (inc. IV); "aluguel do salão de velório" (inc. V).

O § 1.º do referido artigo estabelece que a Coordenadoria de Assistência Social deverá requerer os serviços para a funerária local, mediante autorização da controladoria da Prefeitura Municipal, para o velório e sepultamento de pessoa indigente e sem família.

Conforme disposto no § 2.º do artigo em questão, compete à família do falecido requerer os serviços à Coordenadoria de Assistência Social, devendo esta tomar as providências necessárias à realização do velório e sepultamento.

O art. 3.º trata do custeio, a cargo da empresa permissionária do serviço funerário local, dos funerais de pessoas beneficiadas pela Lei, nos termos do art. 13.º da Lei n.º 1.318/2002.

O art. 4.º estabelece que "caberá à Prefeitura arcar com todas as despesas de remoção do corpo, velório, traslado e sepultamento, utilizando-se os produtos constantes da tabela de preços 2, da permissionária do serviço local de funerária".

O § 1.º do referido estabelece que a família arcará com as despesas complementares, quando optar por traslado e sepultamento em outro Município.

O § 2.º fixa o limite para garantia de despesas, como sendo aquele previsto na tabela 2 da empresa permissionária.

O § 3.º trata da comprovação do óbito em serviço mediante atestado médico e certidão emitida pelo chefe imediato do servidor.

O art. 5.º e seus parágrafos trata do prazo para ressarcimento das despesas realizadas pela família no prazo de 30 (trinta) dias, bem como da apresentação das notas fiscais e tabelas dos serviços funerários, estabelecendo ainda que o requerimento, no caso de servidor solteiro, deverá ser feito pelos pais, e pelo cônjuge sobrevivente ou outra pessoa da família, devidamente autorizada.

O art. 6.º indica as dotações orçamentárias destinadas ao atendimento das despesas decorrentes da presente Lei.

O art. 7.º trata da entrada em vigor da Lei, em caso de aprovação, fixando a data de sua publicação como marco inicial de vigência.



## Comissão de Legislação, Justiça e Redação



### FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto em exame trata de assunto de interesse exclusivo do Município. Neste caso, tratando-se de assunto que não seja de competência privativa do Legislativo, é possível a iniciativa por parte do Chefe do Executivo.

O Projeto em questão trata da prestação de serviços funerários aos indigentes e servidores públicos do Município, desde que o óbito ocorra durante a atividade profissional.

No que tange à legalidade, o projeto não merece reforma, representando, na verdade, atividade prevista na Lei Orgânica do Município, no Capítulo destinado à Assistência Social.

Da mesma forma, o projeto não fere a LRF, uma vez que estabelece dotação orçamentária específica para o atendimento das despesas decorrentes do mesmo.

### CONCLUSÃO

Por todo o exposto, conclui-se que o projeto em apreciação atende aos pressupostos de sua legalidade, podendo seguir seu trâmite regimental, e levado à apreciação de seu mérito.

Sala das Reuniões, 2 de setembro de 2002.

*SM Resende*  
Sebastião Miranda de Resende  
Relator

*Clodoaldo José Borges*  
Clodoaldo José Borges  
Presidente

*M. Silva*  
Jackson José Alves da Silva  
Membro

Aprovado em 21/9/02

*per unanimidade*  
*[Signature]*  
Presidente da Câmara